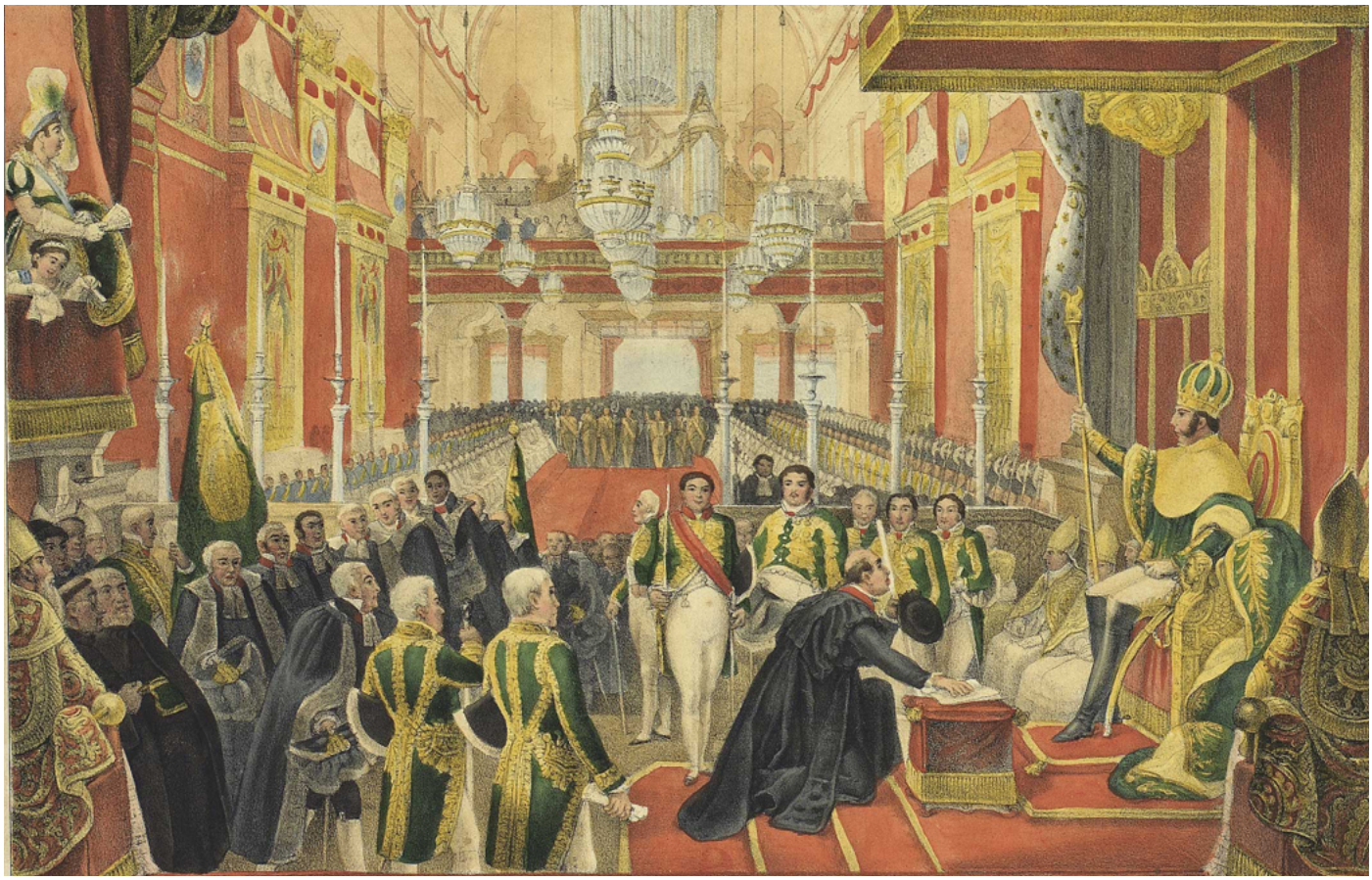
ISABEL LUSTOSA



D. PEDRO I E NAPOLEÃO BONAPARTE: AFINIDADES ELETIVAS E EFETIVAS

SÃO PAULO
2022

D. PEDRO I E NAPOLEÃO BONAPARTE: AFINIDADES ELETIVAS E EFETIVAS

Isabel Lustosa[1]

Menino ainda, D. Pedro não tirara os olhos do suntuoso uniforme do general Jules Andoche Junot, representante de Napoleão na corte portuguesa quando este se apresentara de forma altiva diante de D. João, em Lisboa. Escaldado pela desagradável experiência que tivera com o antigo embaixador de Napoleão, o general Lannes, D. João teve uma primeira impressão positiva do marido da futura duquesa de Abrantes. O encantamento do menino pela figura imponente do militar foi tamanho que, no dia seguinte, D. João mandou um emissário pedir a Junot que lhe emprestasse o uniforme para mandar fazer um igual para ele e para o filho (MACAULAY, 1993, p. 19).

Mas Napoleão deve ter assombrado os sonhos do pequeno príncipe português quando surgiu, em 1807, o projeto de mandá-lo sozinho para o Brasil, sem pai, nem mãe, nem avó, por conta da ameaça de invasão francesa. Projeto abortado pela decisão final de D. João de vir ele mesmo para o Brasil com toda a família e os demais membros da corte. No navio que o trouxe, o menino inquieto e muito falante atormentava a tripulação com perguntas sobre vários assuntos. Possivelmente, nessas conversas emergiam questões a respeito do personagem causador daquela revolução em sua infância até então destinada a seguir seu curso no ambiente lúgubre da Quinta de Queluz, em que, de tempos em tempos, se ouviam os gritos de pavor da rainha louca, sua avó, temerosa dos demônios que, por conta da perseguição de seu pai aos jesuítas, vinham lhe buscar.

Durante a adolescência no Rio de Janeiro, D. Pedro, que sempre se interessaria pela carreira militar, passara a ter mais proximidade com os oficiais portugueses que acompanharam a corte ou que a ela se juntaram depois da derrota final de Napoleão, em 1815. Certamente ouvira relatos tanto daqueles que tinham combatido os exércitos invasores quanto dos que aderiram a Napoleão, mas que foram posteriormente reabsorvidos na tropa. Pois, após 1815, sob a influência de seu ministro, o afrancesado Conde da Barca, D. João reduzira muito o rigor com que tratava oficiais e nobres portugueses que o tinham traído.

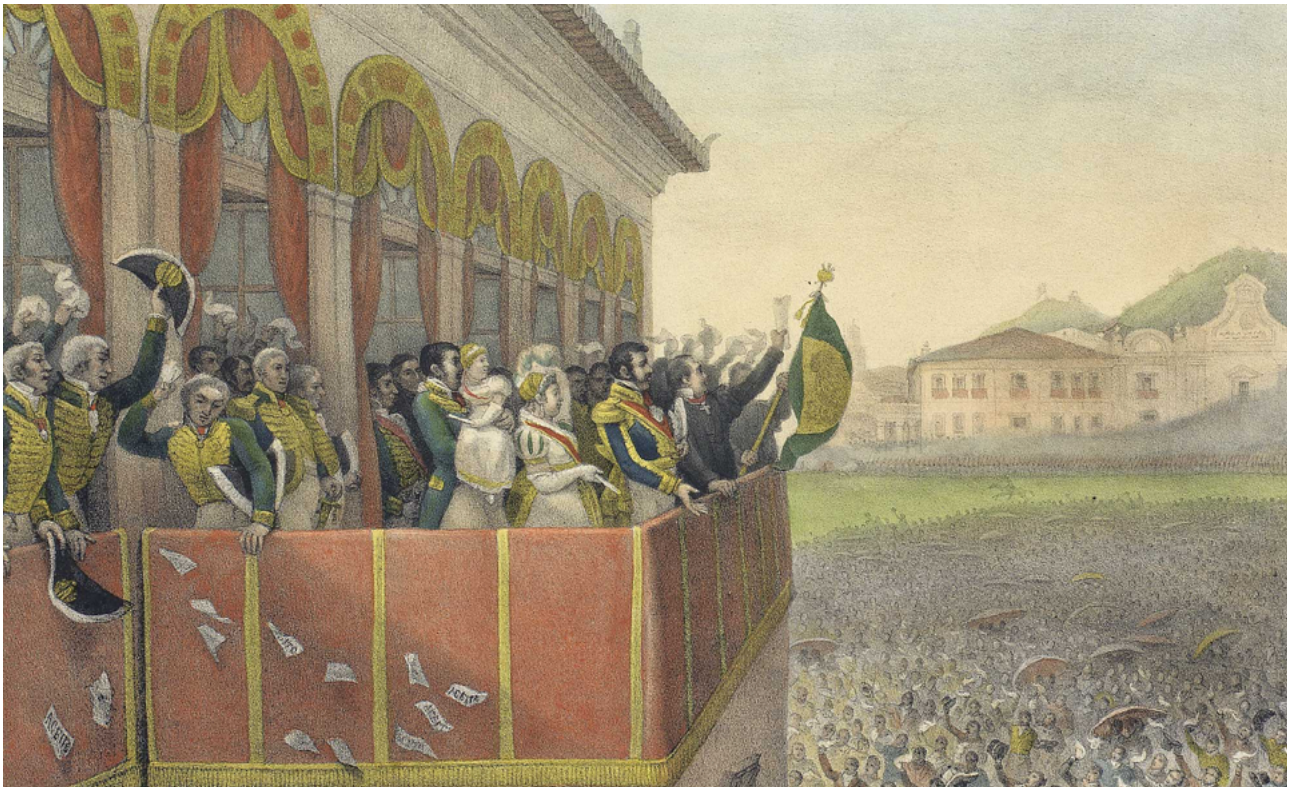


Figura 1 - Acclamation de Don Pedro 1º Empereur du Brésil. Jean Baptiste Debret

O casamento com a cunhada de Napoleão, a arquiduquesa da Áustria, Leopoldina, em 1817, se não contribuiu para engradecer o personagem no imaginário de D. Pedro, ajudou a diminuir os aspectos diabólicos com que aquele tinha sido pintado desde sempre (NEVES, 2017). Afinal, Leopoldina pudera testemunhar

1 Investigadora integrada ao Centro de Humanidades (CHAM), Universidade Nova de Lisboa

o bom tratamento que aquele que ela crescera acreditando ser o anticristo, de tão odiado que era por sua família, dera à sua irmã. As joias e os vestidos maravilhosos de Maria Luísa deslumbraram Leopoldina quando as irmãs se encontraram em Praga, em 1812. Certamente as confidências que as duas trocaram entre si, sabendo-se da atitude apaixonada de Bonaparte para com a mulher, a quem mimara excessivamente desde o começo, devem ter contribuído para atenuar a imagem do cunhado aos olhos da futura imperatriz do Brasil.

O Rio de Janeiro proporcionaria a Leopoldina informações mais detalhadas sobre o caráter do comandante e governante que fora Napoleão. Consta que, em um dos seus costumeiros passeios para coletar insetos e espécimes vegetais – que mandava para a Áustria –, lá para as bandas do bairro que hoje se chama Cosme Velho, Leopoldina se encontrou, por acaso, com o general Dirk van Hogendorp. Personagem com uma longa folha de serviços militares prestados ao seu país, a Holanda, onde nascera na cidade de Roterdã, em 1861, o conde de Hogendorp fora governador das Índias Neerlandesas e embaixador em São Petersburgo. Quando Napoleão tomou a coroa da Holanda para dá-la a seu irmão Luís, Hogendorp, já então conhecido por suas ideias políticas liberais, foi convidado para ser o Ministro da Guerra e, depois, enviado a Berlim, Madri e Viena como embaixador. Foi em janeiro de 1808, quando esteve em Viena como ministro plenipotenciário de Luís Bonaparte, que ele conheceu as irmãs Maria Luísa e Leopoldina, filhas mais velhas de Francisco I (HOGENDORP, 1887, p. 222).

Suas qualidades como militar foram valiosas para Napoleão, que, após a campanha da Rússia, o encarregou da defesa de Hamburgo enquanto governava a Prússia Oriental e a Silésia. Sua lealdade ao imperador dos franceses ficou ainda mais evidente no momento da desgraça, pois Hogendorp bateu-se como ajudante de campo de Napoleão até o último momento em Waterloo e quis acompanhá-lo a Santa Helena, mas não lhe foi permitido. Assim, em 1816, o general Dirk van Hogendorp, personalidade internacional cujo nome já figurara algumas vezes nas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro* e do *Correio Brasiliense*, partiu de Nantes com destino ao Rio de Janeiro.

Tinha 56 anos e foi se estabelecer como agricultor no sítio Nova Sion, no alto da hoje chamada ladeira do Ascurra, aos pés do Corcovado. Foi bem acolhido pelo conde da Barca, que se mostrara receptivo aos franceses que emigravam para o Brasil, fossem de que tendência fossem. Hogendorp descia à cidade de tempos em tempos e recebeu em sua modesta casa os mais importantes visitantes estrangeiros que passavam pelo Rio.

Estes se espantavam com a pobreza em que Hogendorp vivia e com o desgaste físico que o tempo causara ao general que tinham conhecido na Europa. Daquela altiva figura restara apenas um grande retrato de corpo inteiro, trajando uniforme com as muitas condecorações que recebeu, pintado pelo famoso David, tio de Jean-Baptiste Debret, único objeto valioso na decoração de sua pequena casa composta de um escritório, um quarto de dormir e um terceiro cômodo, onde armazenava os barris de vinho de laranja e licor de grumixama que fabricava. Esses produtos, somados à venda do café que colhia de sua pequena lavoura, garantiam sua sobrevivência (NEVES, 2019). Seu quarto era pintado de preto com esqueletos brancos desenhados nas paredes, possivelmente herança cultural do período em que vivera em Java, o que também justificaria as tantas tatuagens que cobriam seu corpo. Estas foram descobertas quando o vestiram para o enterro, que D. Pedro I mandou realizar no cemitério protestante da Gamboa.

Todos os que o visitavam ressaltam que sua conversa era sempre voltada para a figura de Napoleão Bonaparte, por quem tinha respeito e veneração. Ao que parece, era correspondido nesse afeto, pois o imperador dos franceses lembrou dele no testamento, em que declarou: “Au general Hogendorp, hollandais, refugie au Brésil, 100.000 francs”. Hogendorp não chegou a receber essa herança e morreu em 29 de outubro de 1822. Quem de fato ajudara a mitigar sua pobreza fora D. Pedro, que lhe concedera uma pensão e sempre o visitava e se aconselhava com ele.

Tais conversas foram reveladas pelo general holandês na correspondência que mantinha com seu irmão Carl, figura importante na história política da Holanda. A contratação do militar francês, Pierre de Labatut, personagem central na guerra da Independência da Bahia, teria sido sugerida por Hogendorp a D. Pedro. Essa amizade incomodava D. Carlota Joaquina que, mais tarde, atribuiria àquela péssima influência a recusa do filho, a quem passara a chamar de “o brasileiro”, de reverter a Independência do Brasil, depois de 1823, quando D. João recuperou os poderes absolutos. O necrológio elogioso publicado em *O Espelho*, jornal editado sob a proteção de D. Pedro, demonstra a alta conta em que o Imperador tinha o general bonapartista.

Plancher

Se Leopoldina trouxe Napoleão para mais perto do marido, este posteriormente receberia o apoio de outros franceses bonapartistas que vieram se estabelecer no Rio e buscaram sua proteção. O mais célebre

deles foi o livreiro e editor Pierre René François Plancher de La Noé, que aqui aportou em 1824, fugindo do ambiente asfixiante da corte de Carlos X, e que encontrou boa acolhida junto ao imperador do Brasil.

A comunidade francesa que vinha se formando no Rio de Janeiro desde 1816 reunia remanescentes do Antigo Regime que tinham se fixado aqui pouco depois da chegada da corte, como o conde de Gestas, depois nomeado por D. Pedro I representante do Brasil junto à corte de Carlos X; os membros da chamada Missão Francesa, liderados por Lebreton, todos identificados com o império napoleônico, no qual tinham gozado de fortuna e prestígio e os tantos militares, comerciantes e aventureiros franceses que a eles foram se juntando ao longo do reinado de D. Pedro I.

Antes mesmo da dissolução da Constituinte, em 12 de novembro de 1823, o imperador esteve muito próximo de outro francês, Jean Baptiste de Loy, que publicava um jornal, *A estrela brasileira*, que a imprensa liberal acusava de estar a serviço da Santa Aliança. De Loy era antes um poeta romântico e aventureiro como tantos que partiam para conhecer outros mundos inspirados em Lord Byron. Caíra nas graças do imperador e da imperatriz aos quais dedicaria um livro de poesias que publicaria mais tarde, quando retornasse à França, e seu jornal era francamente favorável ao governo. Em um tempo de tantas turbulências como foi aquele final do ano de 1823, De Loy achou mais prudente voltar para a Europa, deixando seu jornal aos cuidados de outro francês, Jean-François Despas, de Avignon. Era outro jovem aventureiro que chegara ao Rio de Janeiro, em 1817, a bordo do navio *Uranie*, quando esta embarcação passou por aqui na viagem de circum-navegação comandada por Freycinet. Tendo se desentendido com o capitão, Despas decidiu ficar no Brasil, integrando-se à florescente comunidade francesa (LUSTOSA, 2017, p. 21-51).

A vida dessa comunidade seria bastante movimentada a partir da chegada de Plancher, editor de autores importantes. Em seu desembarque, Plancher teve dificuldade de retirar suas bagagens na alfândega, confundiram-no com outro impressor que estava sendo observado pela polícia. Plancher pediu uma audiência com o imperador e, diante de seu impressionante acervo de livros e de seu currículo, mas também porque foi à Intendência de Polícia jurar fidelidade ao Império do Brasil, foi muito bem acolhido e logo obteve o título de impressor do império (MOREL, 2005, p. 23-36). A notícia de seu juramento foi publicada no *Diário do Governo*, em que se anunciava que Plancher, "uma das testemunhas que sobreviveram às calamidades da França", começaria os trabalhos de sua tipografia com "um enérgico discurso aos brasileiros, em que lhes fará ver quanto devem ao bom gênio que os tem desviado dos precipícios em que a França se abismou"[2].

Bonapartista exaltado na França, o que lhe causara muitos dissabores e o obrigara a emigrar, Plancher era também um hábil e bem-sucedido homem de negócios. A qualidade de seu maquinário, bem superior ao que estava em uso na imprensa oficial, fez com que ele obtivesse autorização para publicar documentos oficiais em detrimento daquela. Grato ao imperador pela acolhida que recebeu, Plancher aderiria com armas e bagagens às campanhas em defesa das políticas de D. Pedro e logo passou a publicar um jornal, *O Spectador Brasileiro*, em que os elogios a seu ídolo, Napoleão Bonaparte, eram seguidos de outros a D. Pedro, estabelecendo sempre uma semelhança no papel que os dois teriam, respectivamente, na história da França e do Brasil.

Em seu número 20, o jornal de Plancher publicou uma homenagem ao aniversário de Napoleão Bonaparte: *Gratidão à memória do gênio salvador da França, na formidável época da anarquia jacobínica para o seu natalício 15 de agosto*. Dizia ali que, longe da pátria, não via motivos para hesitar em homenagear o "herói que o mundo civilizado respeitou e admirou em silêncio por longos anos". Do seu ponto de vista, Napoleão tinha evitado que a França caísse "nos golfos da anarquia"[3].

Elogios tão rasgados a Bonaparte ainda não eram tão corriqueiros na imprensa da época, e sua manifestação foi criticada no jornal governista *Diário Fluminense*. Em resposta, o *Spectador* reafirmou sua declaração de que Bonaparte era de fato o salvador da França, pois expulsara os demagogos e acolhera os "imensos emigrados que se haviam retirado com as flores de lis para escaparem dos punhais dos assassinos". O jornal de Plancher rapidamente se tornou "um dos mais significativos veículos de difusão e detratação da Confederação do Equador" (PORFÍRIO, 2019, p. 16) e, no mesmo artigo, depois de se referir ao "gênio imortal que tem defendido o Brasil contra os repetidos assaltos da anarquia", ataca diretamente os revolucionários de Pernambuco: "O bom seria que a espada tão heroica no memorável dia 18 de Brumário caísse sobre Pernambuco para desafrontar a augusta pessoa do perpétuo defensor do novo Império do Brasil e impor eterno silêncio aos moderníssimos republicanos"[4].

2 Diário do Governo, nº 80, 9 de abril de 1824, v. 3, p. 332-333.
3 O Spectador Brasileiro, nº 20, 13 de agosto de 1824.
4 O Spectador Brasileiro, nº 22, 18 de agosto de 1824.

Amélia Eugênia

A escandalosa ligação de D. Pedro I com Domitila de Castro, a humilhação e os sofrimentos que essa situação causou à imperatriz, levando-a à morte em dezembro de 1826, não ajudaram a criar uma imagem sua muito positiva nas cortes europeias. Ali, graças às minuciosas cartas dos embaixadores, tudo se sabia. Até os detalhes mais sórdidos, como se diz. De modo que, quando D. Pedro tomou a decisão de se casar novamente – ele nunca cogitou casar-se com a marquesa de Santos –, encontrou dificuldades que, associadas aos problemas de Portugal, onde seu irmão reinava, pareciam intransponíveis. Muitas foram as princesas que recusaram sua proposta de casamento.

Mas, na Europa, havia uma viúva orginalmente pertencente à família monárquica que, tal como era a tradição, por razões da política internacional, fora obrigada a se casar com um membro da família Bonaparte. Como se sabe, Napoleão, nascido na Córsega em uma família de nobreza discutível, procurou misturar o sangue da sua com o das famílias reais europeias e promoveu casamentos que, depois de sua saída da cena internacional, se tornaram um problema para as monarquias do período da Restauração. O caso mais notável foi o da irmã de D. Leopoldina, Maria Luísa, casada com Napoleão, com quem tivera um filho, e que precisara ser despachada para longe de Viena, deixando o pequeno rei de Roma para trás. Este mesmo nunca deixou a Áustria, se tornando quase um refém do avô e de Metternich, receosos de que os bonapartistas franceses tentassem algum golpe e o fizessem coroar imperador da França.

A Eugênio de Beauharnais, o filho de Josefina que Napoleão perfilhara, foi dada em casamento a princesa Augusta, a belíssima filha do rei da Baviera. Eugênio era um belo, culto e educado homem, e o casamento realizado em janeiro de 1806 foi muito feliz, gerando seis filhos, talvez os príncipes e as princesas mais bonitos de sua geração. Um deles foi Amélia Eugênia, segunda imperatriz do Brasil. Depois da queda de Napoleão, Eugênio e sua família se fixaram em Munique sob a proteção do sogro, rei da Baviera, que os fizera príncipes de Leuchtenberg. Quando surgiu a possibilidade do casamento de Amélia com D. Pedro, o príncipe Eugênio havia morrido fazia cinco anos. As negociações foram conduzidas pela viúva, que sempre se esforçaria para recuperar seu lugar no seio da grande família monárquica. Assim, o casamento da filha com o imperador do Brasil foi considerado por ela uma brilhante aliança e um negócio vantajoso que abriria muitas oportunidades para seus outros filhos (SAXE-COBURGO E BRAGANÇA, 2009, p. 12-14).

Antes de o nome de D. Amélia aparecer como o de possível noiva para D. Pedro, os agentes que percorriam as cortes europeias em busca de uma noiva para o imperador sondaram a grã-duquesa de Baden sobre a possiblidade do casamento com uma de suas filhas. Diante da negativa do pai em conceder a mão de uma de suas filhas a D. Pedro, a grã-duquesa lembrou da sobrinha da Baviera, "la fille d'Eugène", acrescentado: "Se Don Pedro rend justice à la gloire de Napoleon, porquoi ma nièce de Bavière ne remplacerait-elle point ma Louise?" (SOUSA, p. 4).

Diante da nobreza europeia, parecia que D. Pedro I tinha simpatia pelo concunhado e seu constitucionalismo, pois o imperador dera constituições ao Brasil (1824) e a Portugal (1826), e isso também deve ter influído na boa aceitação de seu nome. Na carta em que enviou o retrato de Amélia Eugênia, Barbacena escreveu: "Aí tem V. M. I. o retrato da linda princesa, que aconselhada por seu tio, o rei da Baviera, inimigo de Metternich e doador, como V. M., de constituições liberais, ousa passar os mares para se unir a um soberano que todos os ministros austríacos na Europa pintam como o assassino de sua mulher" (SOUSA, 1972, p. 6). Metternich trabalhava contra as pretensões matrimoniais de D. Pedro, esperando convencê-lo a abrir mão da coroa de Portugal para D. Miguel.

Pierre Plancher deve ter vibrado com esse casamento. No Jornal do Commercio, fez publicar uma série de artigos sobre as famílias materna e paterna de D. Amélia. Ele também se apressou em lançar, por sua editora, uma pequena biografia bastante hagiográfica de Eugênio de Beauharnais, em que exalta não só as qualidades daquele príncipe como as daquele que Plancher considerava o maior homem do século. A pequena publicação levou o título de *Esboço da vida e campanhas d'Eugenio de Leuchtenberg, pai da nossa Imperatriz*, e na apresentação que faz do livro, no *Jornal do Commercio*, fala que não há "para um historiador melhor lance de fortuna do que achar um assunto agradável, no momento que a curiosidade pública está sobremaneira excitada a respeito do mesmo assunto". E acrescenta que, por inevitável, a publicação está cheia "do nome e das ações de Napoleão", uma vez que a vida de Eugênio seria, por assim dizer, "uma contínua adoração daquele ente prodigioso", e que para justificar tal culto era preciso demonstrar "todos os direitos que a deidade tinha a que a adorassem".

Filha do Príncipe Eugênio, neta de Napoleão

D. Pedro, primeira e até então única cabeça coroada de um país das Américas, foi levado a abdicar em 7 de abril de 1831 pela pressão dos liberais na imprensa e no parlamento, que o acusavam, entre outras coisas, de pretender reunir as coroas do Brasil e de Portugal, e de dedicar tempo e dinheiro brasileiro à causa de sua filha, D. Maria II, que tivera a coroa portuguesa usurpada pelo tio, D. Miguel, em 1828. D. Pedro e D. Amélia desembarcaram no porto de Coburgo em 10 de junho de 1831 e tiveram uma recepção consagradora. Os liberais franceses liderados por Lafayette o aclamaram como o mais moderno e liberal dos príncipes, aquele que dera uma constituição tanto para os selvagens do Brasil quanto para o povo de Portugal, tido por supersticioso e ignorante (LUSTOSA, 2018).

Figura 2 - Grand costume. Jean Baptiste Debret

D. Pedro foi muito celebrado quando apareceu pela primeira vez em Paris, atendendo a convite de Luís Felipe para participar dos festejos pelo primeiro ano da Revolução de Julho. Um rei sem muito prestígio que devia a coroa ao apoio que dera Lafayette à sua elevação ao trono, esnobado pelos aristocratas legitimistas do Faubourg Saint-Germain, ainda mal sentado no trono, viu como uma oportunidade midiática, digamos assim, ter a seu lado um imperador vindo dos trópicos – espécie de rei Baltazar, como afirmou o jornal *Le Figaro* –, que supostamente deixara para trás um reino com montanhas de ouro e diamantes e um povo bronzeado e semisselvagem[5].

De fato, mal chegou a Paris, D. Pedro foi condecorado com a Legião de Honra e figurou ao lado do rei nos desfiles e na revista das tropas comemorativas do primeiro aniversário da Revolução de 1830. Na cerimônia do Panteão em homenagem aos heróis daquela revolução, ao lado da cadeira do rei foi colocada outra para D. Pedro. Ele era o convidado mais importante da festa. Também fez sucesso nas ruas, saudado pela multidão, que gritava: "Viva o Imperador!". O que propiciou ao *Le Figaro* o complemento irônico: "do Brasil, bem entendido, aquele que marcha ao lado do rei". Numa alusão ao outro imperador, o dos franceses. Comparação que não deve ter desagradado D. Pedro[6].

As lendas em torno das riquezas do Brasil e da personalidade de D. Pedro contribuíram para incrementar o interesse por ele. Mas o que lhe rendeu mais popularidade foi, certamente, o fato de estar casado com a filha de Eugênio de Beauharnais. A imagem de Napoleão, desde sua morte, em 1821, fora sendo recuperada pelo povo francês, saudoso dos tempos de glória do império e insatisfeito com o reinado dos Bourbon (DALBIAN, 1959, p. 165). Insatisfação que se agravara depois que Carlos X, o irmão mais novo de Luís XVI e Luís XVIII, subira ao trono em 1824. Perseguições políticas, crise econômica e, finalmente, tentativas de modificar a Constituição no sentido de garantir maior poder ao monarca, culminaram, em 1830, com as Três Gloriosas, a chamada Revolução de Julho, que depositou a coroa na cabeça de um membro do ramo cadete da monarquia, os Orleans, desde sempre desejosos de suplantar o ramo mais antigo, dos Bourbon.

Luís Felipe, que passou à história como o "rei burguês", educado nos princípios econômicos e culturais da Inglaterra, onde passara a maior parte dos seus anos de exílio, fazia jus ao apodo, sendo homem pragmático, econômico e amealhador de riquezas. Seus hábitos despojados – gostava de passear ao entardecer no Jardim das Tulherias, de braços dados com a rainha, saudando os concidadãos com a cartola ou com um vigoroso shakehands – representavam uma ruptura com os complicados rituais do antigo regime que seus primos tentaram ressuscitar. Luís Felipe recebera o apoio integral da burguesia e da classe média e unira bonapartistas, republicanos e constitucionalistas em torno de seu frágil trono (MARTIN-FUGIE, 2012). Até desse ponto de vista, a sorte foi favorável a D. Pedro, que tinha muitas afinidades com o rei dos franceses, sendo ele mesmo muito econômico a ponto de ser considerado avaro, com vocação para o comércio e com hábitos pessoais bastante simples. A integração entre as duas famílias foi rápida e a convivência, muito agradável, multiplicando-se em encontros e confraternizações.

D. Amélia foi uma valiosa companheira do marido nos tantos episódios que sucederam à partida deles para a Europa. O projeto ambicioso da mãe de D. Amélia parecia naufragado com a Abdicação; no entanto, o sucesso que a filha e o genro fizeram em Paris no segundo semestre de 1832, do qual ela pôde compartilhar,

5 Le Figaro, 30 de julho de 1831, nº 210/211.
6 Idem

deve ter aliviado um pouco a frustração com a coroa perdida. Ali conheceu o genro, que lhe causou ótima impressão, e pôde conviver com a filha e a neta, Maria Amélia, nascida em dezembro daquele ano, pouco mais de um mês antes da partida de D. Pedro para Portugal.

Em janeiro de 1832, o ex-imperador do Brasil deixou Belle-Isle, na Bretanha, onde se concentravam as tropas e os navios com que pretendia conquistar Portugal. Uma das cenas ficcionais ou reais que se contam acontecida entre ele e D. Amélia durante a despedida, foi que esta, em um gesto simbólico que remetia à tradição militar dos homens de sua família, teria lhe entregado a espada que pertencera ao príncipe Eugênio. É pouco provável que D. Pedro I tenha feito uso de tal arma. Sua ação militar foi corajosa e decisiva, e sua presença em meio à tropa durante a ocupação do Porto foi marcada por gestos de sacrifício. Talvez aquele fim de trajetória – ele morreu em setembro de 1834, pouco depois de vencer a guerra contra o irmão e fazer coroar a filha, Maria da Glória, como rainha de Portugal – o tenha aproximado ainda mais de seu herói.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DALBIAN, Denyse. **Dom Pedro Empereur du Brésil, Roi de Portugal (1798-1834)**. Paris: Librairie Plon, 1959, p. 165.

HOGENDORP, Dirk van. **Mémoires du général Dirk van Hogendorp, comte de l'empire, etc.; (Publiè pour son petit-fils, M. Le Comte, D. C. A. Van Hogendorp)**. La Haye: M. Nijhoff, 1887.

LUSTOSA, Isabel. "O papel dos franceses na imprensa do Primeiro Reinado". In: LUCA, Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria (org.). **Imprensa estrangeira publicada no Brasil: primeiras incursões.** São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2017, p. 21-51.

LUSTOSA, I. "Visões do Brasil na Imprensa Francesa (1831-1832)". In: PONCIONI, C.; LEVIN, O. (org.). **Deslocamentos e mediações: a circulação transatlântica dos impressos, (1789-1914)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, p. 221-242.

MACAULAY, Neill. **D. Pedro: a luta pela independência no Brasil e em Portugal, 1798-1834**. Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARTIN-FUGIE, Anne. **Louis-Philippe et sa famille (1830-1848)**. Paris: Éditions Perrin, 2012.

MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, L. M. B. P. das. "Dos indivíduos como atores da história: considerações sobre o artigo de Patrick Puigmal". **Almanack**, Guarulhos, nº 23, p. 35-63, dez. 2019.

NEVES, L. M. B. P. das. "Entre a lenda negra e a lenda dourada: Napoleão Bonaparte na ótica dos luso-brasileiros", **Ler História**, 54, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2356>. Acesso em: 7 fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2356>.

PORFÍRIO, Francisco Weber Pinto. (Re)Pensando a Nação: **A Confederação do Equador através dos Jornais "O Spectador Brasileiro" (RJ) e o "Diário do Governo do Ceará" em 1824**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História. 2019, 178 p. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/45340/3/2019_dis_fwpporfirio.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2022.

SAXE-COBURGO E BRAGANÇA, Carlos Tasso de. **A Princesa Flor Dona Maria Amélia. A filha mais Linda de Dom Pedro I e do Brasil e IV do Nome de Portugal**. Funchal, Madeira: Edição Direção Regional Assuntos Culturais, 2009.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. **A vida de D. Pedro I (História dos fundadores do Império do Brasil)**. Tomo III. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1972.